



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**ALAN DAVID ROCHA CAMPOS**

**FEIRA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE:  
ENFRENTAMENTOS PARA O PROCESSO DE PATRONIALIZAÇÃO (2007-2017)**

**CAMPINA GRANDE  
2023**

ALAN DAVID ROCHA CAMPOS

**FEIRA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE:  
ENFRENTAMENTOS PARA O PROCESSO DE PATRONIALIZAÇÃO (2007-2017)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

**Área:** Estudos do Brasil

Linha de pesquisa: Cidade, Memória e Patrimônio

**Orientador:** Prof. Dr. José dos Santos Costa Júnior

**CAMPINA GRANDE  
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C198f Campos, Alan David Rocha.  
Feira central de Campina Grande [manuscrito] :  
enfrentamentos para o processo de patrimonialização (2007-  
2017) / Alan David Rocha Campos. - 2023.  
37 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Educação, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. José dos Santos Costa Júnior,  
Coordenação do Curso de História - CEDUC. "

1. Feira livre. 2. Patrimônio cultural. 3. Patrimônio material  
. 4. Patrimônio imaterial. I. Título

21. ed. CDD 381.18

ALAN DAVID ROCHA CAMPOS

**FEIRA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE:  
ENFRENTAMENTOS PARA O PROCESSO DE PATRONIALIZAÇÃO (2007-2017)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Área de concentração: Estudos do Brasil

Linha de pesquisa: Cidade, Memória e Patrimônio

Aprovado em: 29/06/2023

**BANCA EXAMINADORA**

*Jose dos Santos Costa Junior*

---

Prof. Dr. José dos Santos Costa Júnior (Orientador)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Hilmária Xavier Ribeiro*

---

Profa. Dra. Hilmária Xavier Ribeiro

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Jordan Queiroz Gomes*

---

Prof. Dr. Jordan Queiroz Gomes

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Dedico este trabalho a todas as pessoas que acreditaram no meu potencial ao longo dessa jornada. Amigos, família, namorada, professores e, sobretudo, a minha mãe Lucimar, que por um descuido divino não conseguiu ver seu filho realizar o sonho de se tornar professor.

*“Nadamos no passado como o peixe na água, e não podemos fugir disso. Mas nossas maneiras de viver e de nos mover nesse meio requerem análise e discussão. Meu objetivo foi o de estimular ambas.”*

*(Eric Hobsbawm)*

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Vendedor ambulante de frutas exercendo seu ofício nas ruas da Feira de Campina Grande.....	20
<b>Figura 2</b> - Nome das ruas em que estão localizados os tipos de feiras.....	22
<b>Figura 3</b> - Mapa representando os tipos de feira e o nome das ruas em que estão localizadas, respectivamente.....	23
<b>Figura 4</b> - A opinião dos feirantes sobre a Revitalização da Feira Central.....	26
<b>Figura 5</b> - Publicação do Iphan referente à patrimonialização da Feira Central de Campina Grande.....	30
<b>Figura 6</b> - Dificuldades enfrentadas pelos feirantes em um dia chuvoso na rua Dr. Antônio de Sá.....	31
<b>Figura 7</b> - Um dos totens colocados no mercado central em referência a patrimonialização da feira central.....	32

## **LISTA DE SIGLAS**

- CAU** - Curso de Arquitetura e Urbanismo;
- CTRN** - Centro de Tecnologia e Recursos Naturais;
- IPHAEP** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba;
- IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- PMCG**- Prefeitura Municipal de Campina Grande;
- SESC**- Serviço Social do Comércio;
- UAEC** - Unidade Acadêmica de Engenharia Civil;
- UFCG** - Universidade Federal de Campina Grande;

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>O SURGIMENTO DAS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NO BRASIL E A RELAÇÃO ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA</b> .....	<b>11</b>
	<b>2.1 Patrimônio e cultura</b> .....	<b>12</b>
	<b>2.2 Memória e o regime de patrimonialização</b> .....	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>O CASO DA FEIRA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE: USOS DO PASSADO NO PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO – UMA ANÁLISE DO DOSSIÊ</b> .....	<b>16</b>
	<b>3.1 Uma análise do dossiê</b> .....	<b>18</b>
	<b>3.2 A importância da produção cultural da Feira Central</b> .....	<b>19</b>
<b>4</b>	<b>FORMAS DE PARTICIPAÇÃO: INSTITUIÇÕES SOCIAIS E IMPRENSA NA CONSTRUÇÃO E REPERCUSSÃO DA PATRIMONIALIZAÇÃO DA FEIRA CENTRAL</b> .....	<b>27</b>
	<b>4.1 A Feira Central e a Imprensa</b> .....	<b>28</b>
	<b>4.2 A Feira Central Patrimônio Histórico Cultural do Brasil</b> .....	<b>29</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>34</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>36</b>

**FEIRA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE  
ENFRENTAMENTOS PARA O PROCESSO DE PATRONIALIZAÇÃO (2007-2017)**

**CAMPINA GRANDE CENTRAL FAIR  
OPING WITH THE HERITAGE PROCESS (2007-20017)**

Alan David Rocha Campos<sup>1</sup>

**RESUMO**

O estudo analisa o processo e desdobramentos que levaram a Feira Central de Campina Grande a se tornar Patrimônio Cultural do Brasil, destacando as principais referências culturais que vão além do patrimônio material, com seus prédios e construções de valor histórico, abrangendo o campo do patrimônio imaterial e toda cultura que está intrínseca no cotidiano da Feira, abordando suas manifestações culturais, seus saberes próprios e suas celebrações. Além disso, busca elencar quais pontos positivos e negativos esse processo acarretou no local e no dia-a-dia de cada pessoa que compõe a Feira. A pesquisa insere-se no campo da História do Presente devido ao nosso envolvimento direto com a fonte e o objeto em análise. Metodologicamente, a pesquisa articula investigação documental e bibliográfica a partir da literatura e dos documentos produzidos acerca do processo de patrimonialização, tendo como fontes o dossiê de registro da Feira de Campina Grande em que está contido o Inventário Nacional de Referências Culturais da Feira, o relatório de atividades produzido a partir da Oficina de Projeto Participativo “Qual é a sua ideia para a Feira de Campina Grande?”, assim como reportagens de jornais impressos e digitais e blogs que noticiaram o processo. Em um primeiro momento será analisado como surgiram as políticas de patrimônio no Brasil e sua legislação e quais requisitos são exigidos para caracterizar um bem, no nosso caso, a Feira Central de Campina Grande, como patrimônio cultural do Brasil, tecendo uma relação entre memória e História. A posteriori, analisa-se os usos do passado no processo de patrimonialização e, por fim, abordaremos a participação das instituições sociais e imprensa na construção e repercussão da patrimonialização da Feira Central. Portanto, a partir dos resultados obtidos com nossa análise, esperamos solucionar os questionamentos levantados ao longo do trabalho em relação ao processo de patrimonialização da Feira Central de Campina Grande e esclarecer ao leitor se todo esse processo foi benéfico para a Feira e para seus praticantes e qual será o futuro da Feira a partir do momento de registro como Patrimônio Cultural do Brasil.

**Palavras-Chave:** Processo de patrimonialização. Patrimônio material e imaterial. Cultura.

**ABSTRACT**

The study analyzes the process and developments that led the Feira Central de Campina Grande to become Cultural Heritage of Brazil, highlighting the main cultural references that go beyond material heritage, with its buildings and constructions of historical value, covering the field of intangible heritage and all the culture that is intrinsic to the daily life of the Fair, approaching its cultural manifestations, its own knowledge and its celebrations. In addition, it seeks to list which positive and negative points this process entailed in the place and in the

---

<sup>1</sup> Graduando em História na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: alandavid.al7@gmail.com

daily life of each person who makes up the Fair. The research falls within the field of History of the Present due to our direct involvement with the source and object under analysis. Methodologically, the research articulates documental and bibliographic investigation from the literature and documents produced about the process of patrimonialization, having as sources the registration dossier of the Campina Grande Fair, which contains the National Inventory of Cultural References of the Fair, the report of activities produced from the Participatory Project Workshop “What is your idea for the Campina Grande Fair?”, as well as reports from printed and digital newspapers and blogs that reported the process. At first, it will be analyzed how the heritage policies in Brazil and its legislation emerged and what requirements are demanded to characterize a property, in our case, the Feira Central de Campina Grande, as a cultural heritage of Brazil, weaving a relationship between memory and History. A posteriori, we analyze the uses of the past in the patrimonialization process and, finally, we will approach the participation of social institutions and the press in the construction and repercussion of the patrimonialization of the Feira Central. Therefore, from the results obtained with our analysis, we hope to resolve the questions raised throughout the work in relation to the process of patrimonialization of the Central Fair of Campina Grande and clarify to the reader if this whole process was beneficial for the Fair and for its practitioners and what will be the future of the Fair from the moment of registration as Cultural Patrimony of Brazil.

**Keywords:** Heritage process. Material and immaterial heritage. Culture.

## 1 INTRODUÇÃO

Por volta dos meus quinze anos, passei a fazer parte da Feira Central de Campina Grande, não apenas como um de seus milhares de transeuntes, mas como trabalhador formal em um mercadinho na Rua Doutor Antônio de Sá “naquela rua de esquina com a Feira de Flor”, como costumava falar. Ao longo de oito anos vivi intensamente a Feira, um organismo vivo, multifacetado e multicultural, com dinâmica própria, linguagem própria, e com seus próprios saberes e fazeres da Feira. Enfim, uma “mini cidade” dentro da grande Campina Grande.

“A feira central” é um espaço de circularidade, não só de mercadorias, mas também de cultura, de conhecimentos que passam de uma geração para outra, de pai/mãe para filhos/filhas e netos/netas dando continuidade à “tradição” de fazer a feira. Como toda “mini cidade” a Feira Central de Campina Grande tem seus problemas de saneamento, infraestrutura dentre outros, e me pegava às vezes na labuta diária a pensar se um processo de modernização desse espaço não seria mais viável, uma reforma no melhor modelo bota abaixo<sup>2</sup>, para melhoria do espaço e também do dia a dia dos Feirantes.

Em 2017 entrei para o curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, tomando conhecimento das políticas de preservação de Patrimônio Histórico passando a rever meus conceitos acerca da Feira Central, vendo-a não apenas como um local de trabalho, mas sim como um espaço de produção cultural, e a partir de tal visão surge alguns questionamentos: será que uma reforma modernizadora é o que anseia os feirantes? E todo aquele espaço de socialização com toda sua cultura vão virar apenas boas lembranças na mente de alguns? Toda história que eu e milhares de outros feirantes que compõem a Feira e

---

<sup>2</sup> Política sanitária empreendida no Rio de Janeiro no Século XX. Ver mais em: Schwarcz e Starling (2018).

construímos aqui no nosso dia a dia, se tornarão escombros, juntamente com os prédios antigos que moldam a arquitetura única da Feira? Mas será que não existe nem um projeto para transformar a Feira em um patrimônio, que deve ser preservado e protegido? Esta última inquietação foi o que me levou a escrever esse texto.

No entanto, analisei alguns documentos, os quais apontavam um projeto de requalificação da Feira e do Mercado Central com base na política de preservação histórica cultural e, conseqüentemente, o processo de Registro como Patrimônio Cultural. A partir dessa documentação tomei conhecimento que a Feira Central de Campina Grande já estava registrada como Patrimônio Cultural. Porém, aos olhos de um transeunte nem sempre são notórias as mudanças causadas doravante o Registro. Em síntese, se faz necessário analisar como se deu o processo de patrimonialização da Feira Central de Campina Grande desde a mobilização do seu registro em 2007 até seu registro como Patrimônio Cultural do Brasil em 27 de setembro de 2017.<sup>3</sup>

Não me proponho a fazer uma gênese da história do patrimônio, remontando seus desfechos e aporias enfrentadas até se tornar esse conceito agregando não só bens materiais, como os monumentos físicos, mas também os bens imateriais “representados pelas manifestações da cultura popular, dos saberes, das celebrações, dos modos de fazer e, principalmente, reiterando a necessidade de se pensar patrimônio a partir da diversidade cultural brasileira” (CORÁ, 2014. p. 1094).

No entanto, para entendermos como a Feira Central de Campina Grande se tornou Patrimônio Cultural é preciso delimitar o que é um Patrimônio Cultural e como a feira se encaixa em suas diretrizes. Para isso, levaremos em consideração as afirmações do historiador e professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior, que defende que “ao invés de pensar o patrimônio como coisas mortas, a exigência hoje é que efetivamente elas se tornem coisas vivas sendo portadas, realizadas, praticadas, vivenciadas, experienciadas não por apenas meia dúzia de aficionados e especialistas, mas para parcelas e grupos significativos de uma sociedade” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 217). Isso implica pensar sobre os permanentes usos e transformações que as sociedades constroem em relação àquilo que definem como sendo seu patrimônio e o valor que ele tem na cultura.

Teorizamos nosso texto a partir dos fundamentos de que podemos escrever sob a ótica da História do Tempo Presente, relacionando o processo de escrita da História e crítica da memória para desvendar os processos de lembrança, mas principalmente, os de esquecimento que rodeiam os discursos acerca da Feira Central de Campina Grande.

A partir dessa perspectiva da História do Tempo Presente deve-se considerar a relação entre o pesquisador e o objeto de estudo implicados em uma mesma experiência temporal, o que se vê em muitos estudos a partir da presença de testemunhas diretas do acontecimento auxiliando a construir registros sobre acontecimentos recentes. Em nosso caso não são utilizadas as fontes orais, em razão do tempo de realização da pesquisa e escrita do texto, mas o campo da História do Tempo Presente emerge implicado pela presença das testemunhas diretas como fontes para a historiografia contemporânea.

Neste estudo, mobilizaremos matérias de jornais, publicações em blogs virtuais, aportes da legislação sobre o patrimônio etc. Contudo, da escolha do objeto à construção da narrativa, esteve marcadamente presente a relação de proximidade entre o sujeito do conhecimento e o objeto a ser conhecido cientificamente, partindo de uma experiência singular para tornar a Feira Central um objeto epistemologicamente tratado e analisado a partir da História.

---

<sup>3</sup> Data de registro no livro de Registros e lugares do Iphan. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1601/>. Acesso em 31 de ago. de 2022.

Essa proximidade do historiador com as fontes não desqualifica a veracidade das fontes, assim como não está imbuída dos conceitos e preconceitos do historiador. Muito pelo contrário, “[...] a História do tempo presente é o lugar autorizado para se construir uma narrativa científica acerca do que vivemos, de como vivemos, do que estamos consagrando como memória e, por contraste, do que estamos esquecendo” (MOTTA. 2012. p. 34).

Escrever uma narrativa a partir dos conceitos de uma História do Tempo Presente se torna uma tarefa possível graças à miríade de fontes com as quais o historiador se depara, cabendo ao historiador escolher quais dialogam com seu objeto de estudo, buscando respostas para perguntas que nos inquietam no presente, buscando no passado algo que muitas vezes ficou esquecido ou apenas foi deixado no esquecimento por alguém ou determinado grupo.

Como nos afirma Hobsbawm “independente de nossa reação, a descoberta de que nos enganamos, de que não podemos ter entendido adequadamente, deve ser o ponto de partida de nossas reflexões sobre a história de nosso tempo” (HOBSBAWM. 2013 p. 330). Assim, espero esclarecer a vocês leitores, um pouco desse processo que a Feira Central de Campina Grande passou para se legitimar como Patrimônio Cultural do Brasil, além de apontar quais impactos foram causados pela patrimonialização, partindo de um local social, não só como agente que viveu esse universo cultural por muitos anos, mas também, como historiador calcado por métodos e teorias próprias do fazer historiográfico.

A pesquisa se desenvolveu com base em fontes documentais, a saber: o relatório de atividades produzido pelo Projeto “Qual é sua ideia para a Feira de Campina Grande? Oficina de Projeto Participativo” (2013) proposta pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) em parceria com diferentes instituições e atores sociais; Dossiê de Registro da Feira Central de Campina Grande. Outrossim, utilizar o material produzido acerca do tema, pelo blog “Retalhos Históricos de Campina Grande” e pela imprensa. O material citado dará escopo ao texto que estará organizado em três seções, além das considerações finais.

Na primeira seção, com o título “O surgimento das políticas de patrimônio no Brasil e a relação entre memória e História” será discutida a bibliografia mais pertinente ao tema; a segunda seção, “O caso da Feira Central de Campina Grande: usos do passado no processo de patrimonialização”, abordará o Dossiê de registro da Feira Central de Campina Grande como Patrimônio Cultural do Brasil, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), além do Projeto “Qual é sua ideia para a Feira de Campina Grande? Oficina de Projeto Participativo”. E o terceiro e último tópico nomeado de “Formas de participação: instituições sociais e imprensa na construção e repercussão da patrimonialização da Feira Central” analisará as matérias produzidas pela imprensa e os conteúdos produzidos pelo Blog “Retalhos Históricos de Campina Grande” referentes ao tema, explicitando ao leitor de que maneira os meios de comunicação acompanharam e noticiaram o processo de patrimonialização da Feira Central.

## **2 O SURGIMENTO DAS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NO BRASIL E A RELAÇÃO ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA**

A princípio, para entendermos a necessidade de transformar a Feira Central de Campina Grande em patrimônio cultural devemos atentar para os discursos em volta de sua influência econômica e importância como local de produção e resistência cultural, além de sua influência na própria formação da cidade. Campina Grande surge como local de comércio e repouso para viajantes e tropeiros, que faziam seu percurso entre os Sertões e a Zona da Mata. Era um local não só de venda de produtos, mas de troca de saberes e costumes de diversos povos. Para essa influência econômica, nos aponta o dossiê do IPHAN que:

(...) ainda sob o título de Vila Nova da Rainha, as relações comerciais desencadeadas pela feira levariam a nascente urbe a se tornar um centro mercadológico que impulsionou a economia regional, a qual, associada à cultura algodoeira acabou dinamizando a economia campinense, favorecendo a economia local (DOSSIÊ, 2017, p. 30).

Graças a implantação da linha férrea, o trem da Great Western of Brazil Railway em 1907, impulsionou as atividades comerciais. Poucas décadas depois, entre os anos de 1930-1940, junto com a produção algodoeira, Campina Grande assumia o posto de “Liverpool do Brasil”, maior produtora de algodão do país e terceira maior praça algodoeira do mundo.

Além de importante centro comercial, a Feira Central sempre foi sinônimo de resistência, a imposição do sistema de medidas francês, que ficou conhecido como a Revolta de Quebra Quilos, movimento político, econômico, social e cultural do século XIX que teve como uma das principais consequências a implantação do Sistema Métrico Decimal que substituía o sistema tradicional de pesos e medidas.

Em pleno século XXI ainda se utiliza o sistema de pesos e medidas de outrora na Feira, o coentro ainda é vendido pelo “mói”, as frutas são bastante negociadas, não pelo quilo, mas sim pela “bacia”. Resistência também às reformas urbanas e sanitárias pelas quais passou Campina Grande, com destaque para a reforma empreendida no governo Vergniaud Wanderley, como destaca Silvera Araújo (2010, p. 58);

A reforma urbana realizada pelo prefeito Vergniaud Vanderley em Campina Grande, entre o final da década de 30 e início da década de 40, relaciona-se com esse movimento de remodelação, que já vinha ocorrendo nas grandes cidades brasileiras desde o final do século XIX. Essa reforma também manifestou a preocupação com a higiene, a circulação de pessoas e mercadorias e com senso estético. Para isso, fez-se necessária a demolição de casebres velhos, o alargamento e o prolongamento das ruas.

Dessa maneira, diante dos novos códigos de conduta, morais e higiênicos a Feira não poderia dividir espaço com os casarões da elite política econômica e cultural no centro de Campina Grande, assim, foi relocada da Rua do Seridó, atual Maciel Pinheiro “(...) para as imediações do Mercado Público, que estava em construção no bairro das Piabas, foi feito no ano de 1941 (...)” (Araújo, 2010, p. 59), localização atual. Mesmo com esse exercício de se fazer esquecer a Feira, marginalizando-a para distante das “elites” da cidade, a Feira “diversificou-se, assumindo e absorvendo novas faces, readaptando suas formas de negociação e ampliando o repertório de bens comercializados (...)” (DOSSIÊ, 2017. p. 37), ocupando atualmente uma área de 75.000 m<sup>2</sup> localizada no centro da cidade, a Feira Central de Campina Grande apresenta diversificada produção cultural, que lhe rendeu o título de patrimônio cultural brasileiro.

## 2.1 Patrimônio e cultura

Para embasar nossa discussão analisaremos a emergência do conceito de patrimônio e sua relação direta com a memória e a História, tendo vista a importância de desnaturalizar a noção de patrimônio e torná-lo historicamente compreensível como parte da cultura da memória de um povo.

Patrimônio, palavra que remete a bens transmitidos pela família, herança. Definição muito próxima da estabelecida pelo historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, dizendo que “a palavra patrimônio remete a algo que vem do passado, que se recebe ou se transmite por herança, algo que nasce da acumulação, da atividade, do trabalho, da guarda, da conquista, da aquisição em um dado período de tempo” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 150). Porém, vale considerar a reflexão de Françoise Choay (2017) em sua clássica obra *A*

*alegoria do patrimônio*, em que define patrimônio como um conceito nômade que foi requalificado durante os anos e que vários adjetivos se justapõem ao conceito para formar um novo conceito, o que indica certa polissemia em sua definição. E foi justamente o que aconteceu no Brasil, como aponta o site oficial do Iphan:

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a denominação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial (IPHAN, 2014).

Para destacar o processo de patrimonialização da Feira Central de Campina Grande vamos apontar o surgimento das políticas culturais de patrimônio com a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional (Iphan) em 1930 e como a Constituição de 1988 abrange o conceito de patrimônio para além dos monumentos tangíveis, agregando o conceito de cultura, para preservar as manifestações populares, as identidades, os saberes e fazeres de um determinado grupo social.

Dessa forma, em 1937 obtemos o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional, integrando “bens culturais significativos e que representassem a noção de identidade nacional” (CORÁ, 2014, p.1096), por meio do Decreto-lei nº 25, de 1937, em seu artigo 1º, diz que “(...) o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, que por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937, art. 1, cap. 1). Observamos, o conceito de cultura relacionado ao de patrimônio, e o interesse do Estado em preservar não só monumentos ligados a uma “história oficial”, mas também bens móveis de excepcional valor etnográfico e artístico.

No entanto, a ampliação do sentido de patrimônio cultural só veio com a Constituição de 1988 que passou a identificar reconhecer e preservar artes e ofícios das classes populares, em especial as populações indígenas e africanas, expressos no artigo nº 215 da Constituição, em detrimento a uma política de preservação que estava voltada para a preservação do monumento arquitetônico erigido para consagrar e rememorar a história de uma elite branca. Posto isso, o art. nº 216 constitui o patrimônio cultural brasileiro da seguinte maneira:

Art. 216. Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988.)

É mostrado que, o conceito de patrimônio se expande para além da estrutura pedra e cal e agrega traços da cultura popular como as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver de um determinado grupo, dando visibilidade às personagens silenciadas pela história

política em que se prioriza as narrativas dos grandes heróis, reconhecendo que as manifestações populares se caracterizam também como formadoras da cultura no Brasil e necessitam de atenção por parte dos poderes públicos, como ratifica a professora Maria Amélia Corá (2014, p. 1103):

As políticas públicas relacionadas com o patrimônio preocupam-se em manter preservada a visão cultural do estado, por meio dos heróis nacionais e dos prédios históricos, mas também devem se atentar para cultura cotidiana das pessoas, o saber popular, os modos de fazer, as relações sociais de comunidade. Com isso, as políticas referentes a cultura do patrimônio imaterial podem possibilitar o acesso ampliado a diversificada cultura brasileira.

Neste sentido, o patrimônio está interligado em um campo discursivo no qual remetem a memória e a história, conceitos colocados como opostos. A memória utiliza de um movimento de lembrança e esquecimento selecionando fatos, eventos e costumes que fazem com que as pessoas se sintam pertencentes a determinado grupo, ela se conecta diretamente com o passado e por essa característica, muitas vezes, é confundida com a História, ou utilizada no discurso historiográfico como verdade absoluta. Cabe ao historiador saber utilizar dos métodos e técnicas do *métier* de historiador para trabalhar com memórias no campo da História, como afirmou Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2019, p. 237): “por mais bem intencionado que o historiador esteja em relação ao buquê de memórias que tenha coletado ele terá de deflorá-las para poder gestar a História.”

## **2.2 Memória e o regime de patrimonialização.**

Muitas vezes a memória é construída mais para esquecer-se de algo, esconder, do que lembrar ou rememorar um evento. Já a História é a reconstrução incompleta do passado a partir das várias narrativas que o permeiam, utilizando, de um aparato teórico e metodológico que permitem verificar a veracidade das fontes. A memória pertence à visão unilateral do seu grupo de pertencimento sobre um fato, a História agrega a visão multifacetada elaborada por diversos grupos contrastando-as para analisar o mesmo fato. Quem melhor situa essa diferença entre História e memória é o historiador Pierre Nora:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma a outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vividos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. (...) A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico (NORA, 2012. p. 9).

Patrimonializar um bem móvel ou imóvel é conferir-lhe valor cultural, identitário, histórico, conferindo a um determinado grupo um sentimento de pertencimento em um dado espaço e tempo. Podemos dizer que a memória deve ser preservada para que nós possamos lembrar-nos de quem somos ou a qual grupo social pertencemos, nos conferindo identidade a partir de uma memória coletiva que é composta, de acordo com Albuquerque Júnior (2019) do cruzamento dos diferentes níveis da memória individual, lembranças, reminiscências, emoções e imaginação, e que tem sua configuração de recompor o passado através de sucessões de recordações partindo da percepção que se tem do presente.

Em contraposição à memória coletiva, o historiador que trabalha com memórias, utiliza-se da memória histórica, pois é composta por fatos elencados como histórico, tem importância e é marcada nas memórias individuais e partilhadas por grupos, memórias que

marcam uma época, a exemplo de a Revolução Francesa, Segunda Guerra Mundial, Queda do Muro de Berlim, atentado às Torres Gêmeas, mais conhecido como o “11 de setembro” etc. Sua reelaboração dos fatos parte da descontinuidade, das rupturas, a soma das diferenças, enquanto a memória coletiva é criada a partir de um tempo contínuo fechado às transformações.

Porém, a memória histórica não pode ser tomada como História, elas se conceituam de forma diferente, visto que a História também é a reinvenção do passado pautado por rupturas, mas sua construção não está pautada apenas pelo manejo de um imaginário individual, coletivo e histórico, mas também, por profissionais calcados por todo aporte metodológico que permitem o trabalho dessas memórias, cruzando-as com as teorias e outras fontes do próprio campo historiográfico para tentar abordar a miríade de acontecimentos do passado significando-os a partir das demandas do presente.

Para a História, a memória histórica não é o topo da montanha a ser alcançado, mas é o início da trilha a ser percorrida por uma estrada sinuosa e cheia de obstáculos, no cume encontra-se a História, como é tratada nesse trecho. “A “memória histórica”, no entanto, já inicia o processo de defloramento, de violação das “memórias coletivas e individuais” que vai se acentuar com a História” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 235), ou ainda, é colocada como uma ferramenta, uma clava, que rompe com a continuidade das memórias, necessária para colocar a memória no campo de estudo da História.

A grande diferenciação entre memória histórica e História, é que a primeira é composta por fragmentos selecionados da História, sendo está tomada pelos conceitos e preconceitos cristalizados do grupo ao qual pertence, criando uma história celebrativa. Assim, Albuquerque Júnior (2019) traz uma abordagem sobre a História como uma violência praticada contra as memórias, abalando seu status quo e “(...) deslegitimando o passado vivido<sup>4</sup>”, contínuo, uniforme e idealizado pelo campo das memórias. Portanto, conceitua que:

Na memória fica o que significa; na História se ressignifica o que fica, esta é a violência do historiador que, com seus conceitos, atribui novos significados ao que ficou guardado nas memórias; recortando-as, reconstruindo-as, desmanchando suas telas. Violar memórias faz com que seja gestada a História que está sempre em busca de um novo sol para orientá-la (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 238).

Enveredamos nossa pesquisa por um novo questionamento: é possível analisar a História pela ótica do tempo presente? A resposta para essa pergunta é colocada a partir da análise da tradição historiográfica que marcou parte do século XX e que apregoou que para se fazer história científica, era necessário um distanciamento temporal do historiador com seu objeto de pesquisa, rompendo o elo entre passado e presente. Por isso, o historiador especialista em analisar o passado, só seria dotado de credibilidade em suas análises se em seu objeto de pesquisa não encontrasse testemunhas vivas e ele não estivesse implicado temporalmente na experiência que analisaria.

Uma historiografia pautada em um modelo com características teóricas variadas, mas que valoriza a análise das estruturas em detrimento do papel do indivíduo, dos períodos de longa duração em detrimento das conjunturas, prioriza a História serial e desvaloriza os aspectos culturais, além dos relatos pessoais da história oral, pois davam-lhe um caráter muito subjetivo de difícil comprovação científica.

Esse paradigma criou entraves para o estudo de períodos recentes, nomeado por alguns historiadores como História do Tempo Presente e que se institucionalizou a partir de 1978 na França por meio do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) com a importante

---

<sup>4</sup> NORA, Pierre. Entre memória e História: A problemática dos lugares. **Proj. História**, v 10, p 7-28, dez. 1993

contribuição de um dos seus fundadores, o historiador francês François Bédarida. Na ótica de uma historiografia como a da primeira geração dos Annales, por exemplo, seria mais viável trabalhar com o passado distante, uma vez que uma testemunha viva do acontecimento poderia colocar em xeque a legitimidade e a objetividade histórica.

O panorama só começa a ter um desfecho diferente no final do século XX com a abertura do campo histórico para temas antes não abordados, ganhando ênfase a História Cultural, a Micro História, o estudo do contemporâneo e os debates acerca da relação entre memória como objeto de pesquisa da História, o que tornou possível a análise da História a partir de uma nova temporalidade, o tempo presente. Para se afirmar como novo campo de trabalho, a História do Tempo Presente precisou definir seu objeto, sua metodologia e seu recorte cronológico, afinal, o presente é uma temporalidade muito abstrata como qualquer discussão conceitual que inicia o debate sobre tempo histórico. Deste modo, fica explícita a dificuldade de se trabalhar com essa modalidade da História como se vê no seguinte trecho:

De qualquer forma, nos primeiros anos de sua existência, havia várias dúvidas sobre a pertinência de se estudar a história do próprio tempo pelos historiadores. Ela foi objeto de desconfiança quando de seu nascimento, já que para muitos ela estaria ancorada em testemunhos diretos, em depoimentos recolhidos no que se convencionou chamar de história oral. Havia razões para a desconfiança, pois escrever sobre o presente é escrever sobre si mesmo, ou melhor, sobre a leitura que você tem daquilo que observa, suas escolhas, suas lembranças e seus esquecimentos. Nesse sentido, a história do tempo presente estaria contaminada pelo próprio historiador com seus conceitos e preconceitos (MOTTA, 2012, p.31).

Esses questionamentos começaram a ser respondidos em uma obra publicada em 1991, a partir dos debates apresentados no seminário organizado pelo IHTP entre 1998 e sobre a temática “O tempo presente, uma démarche histórica à luz das ciências sociais”, na qual dizia:

Os limites de duração de uma vida humana, e que se constituem um campo marcado pela presença de testemunhos vivos, traço mais visível de uma história em devir. O testemunho é uma presença real, (...) que condiciona o trabalho do historiador, quer ele queira ou não, passa a ser uma figura reconstituída, um personagem histórico, ao qual o pesquisador, pelas necessidades da causa, lhe dá um estatuto particular, ao escolhê-lo, solicitá-lo, interrogá-lo [...]. (PESCHANSKI, POLLAK, ROUSSO, apud FERREIRA, 2018, p. 87).

Todavia, o tempo presente se caracteriza como um período sem temporalidade rígida que trabalha com o tempo flexível, valorizando o evento e a aceleração da história, busca recuperar as rupturas, os conflitos e as marcas deixados por eles no presente, tendo como marco inicial e final as suas testemunhas. Assim, pode-se dizer sobre a história do tempo presente “que é certo que a análise sobre os fatos ocorridos, a identificação dos episódios e a reflexão sobre esse passado recente serão resultado de um esforço de escrita da história. Um trabalho sobre o terreno da memória, mas próprio à história” (FERREIRA, 2018, p. 101).

Diante dos conceitos de memória, história e patrimônio abordados, trataremos como esses conceitos cruzam o processo de patrimonialização da Feira Central de Campina Grande, como os usos do passado, analisando os discursos dos feirantes, sua relação com a Feira e as memórias produzidas pelas pessoas que compartilham ou compartilharam aquele espaço por várias décadas.

### **3 O CASO DA FEIRA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE: USO DO PASSADO NO PROCESSO FDE PATRIMONIALIZAÇÃO**

Ao estudar o caso do processo de patrimonialização da Feira Central de Campina Grande, tomei como fonte o relatório elaborado pela extensão universitária com título de “Qual a sua ideia para Feira de Campina grande?” oficina de projeto participativo. Este material foi resultado dos estudos produzidos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) em parceria com o Centro de Tecnologia e Recursos Naturais (CTRN), a Unidade Acadêmica de Engenharia Civil (UAEC), o Curso de Arquitetura e Urbanismo (CAU), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG) e o Coletivo Feira<sup>5</sup>. O relatório teve como área de estudo a Feira e o Mercado Central de Campina Grande, com o período de realização que se estende de abril a junho de 2013.

O relatório tem como objetivo central a elaboração de um projeto com normas e orientações para requalificação da Feira e do Mercado Central de Campina Grande, contando com o apoio dos órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio, assim como o poder público e sociedade civil, principalmente feirantes. O relatório produzido pela extensão universitária apresenta inicialmente os objetivos do projeto, que além de pensar as diretrizes e partidos projetuais para requalificação, propôs um diálogo com os comerciantes para identificar as problemáticas vividas por eles no dia a dia.

Assim, pode-se pensar alternativas de maneira coletiva para melhorias do espaço através do debate multidisciplinar entre instituições responsáveis e comerciantes, bem como realizar novo levantamento de dados que refutem ou consolidem as problemáticas do local já identificadas em outras pesquisas. Em seu conjunto, tais medidas visavam contribuir para que se reconhecesse a Feira Central de Campina Grande como patrimônio cultural do Brasil.

Dentro da metodologia aplicada, foram realizados estudos precedentes acerca do espaço estudado com a finalidade de dar embasamento teórico, técnico e conceitual ao projeto, centrado nas problemáticas que vão desde a mobilidade urbana à questão do patrimônio cultural material e imaterial. Para isso, foram realizadas palestras, visitas ao local de estudo e reuniões com os setores interessados no projeto; foram realizados levantamentos fotográficos, pesquisas socioespaciais, estudos sobre a bibliografia produzida sobre o tema além de entrevistas e debates em plenárias com os comerciantes, órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio e o poder público.

Após o recolhimento dos dados, a Oficina de Projeto Participativo foi realizada em estúdio montado no Mercado Central de Campina Grande e reuniu o público interessado no debate, foram formados três grupos de trabalho para desenvolver propostas para intervenção na Feira Central, sendo guiados pelos temas: a feira livre enquanto negócio; turismo e cultura. A partir disso, foram elaborados cenários de possíveis projetos. Posteriormente, as ideias foram apresentadas e os pontos principais de convergência de ideias foram debatidos em plenária e expostos a todas as partes interessadas.

Como resultado das plenárias, foram estabelecidas as diretrizes e partidos projetuais para o projeto de requalificação da Feira e do Mercado Central de Campina Grande. Os resultados encontrados no Relatório da Oficina de Projeto Participativo podem ser encontrados distribuídos em anexos, os quais contam com pesquisa de opinião pública sobre a revitalização da Feira Central.

Esses resultados, foram produzidos a partir de pesquisa de dinâmicas socioespaciais, levantamentos fotográficos, diretrizes gerais, termo de referência, levantamento e análises de projetos correlatos, pesquisa histórica, projeto licitado, legislação vigente, levantamentos físicos e espaciais, prescrições arquitetônicas com base em estratégias bioclimáticas, estudo

---

<sup>5</sup> Grupo formado por pessoas ligadas direta ou indiretamente à feira central de Campina Grande e que estavam dispostos a contribuir com o debate acerca da requalificação da Feira e do Mercado Central de Campina Grande.

de trabalhos já produzidos sobre a Feira Central de Campina Grande, projetos de outras feiras como referência, passeios técnicos realizados no local de estudo, reuniões técnicas, palestras, mesas redondas, materiais produzidos e estratégias utilizadas pelos grupos de trabalho, além das atas das plenárias com os temas abordados e debates estabelecidos.

### 3.1 Uma análise do dossiê

Toda pesquisa e documentação produzida e levantada pela extensão universitária em dois meses de atividades, está distribuída ao longo de 633 páginas.<sup>6</sup> Ao final da fase de pesquisa e documentação, todo material foi organizado na forma de um dossiê que é parte integrante do processo de registro da Feira Central de Campina Grande como patrimônio cultural do Brasil, seguindo todas as diretrizes do decreto nº 3.551/2000 e da resolução nº01/2006 do IPHAN que normatizam a política de proteção ao patrimônio cultural imaterial no Brasil.

O dossiê contém a descrição e contextualização da Feira, seus aspectos históricos e culturais que lhe conferem valor para se encaixar nas características de patrimônio imaterial, recomendação para salvaguarda do bem, ou seja, uma proposta de intervenção que proteja não só o espaço, mas todas as tradições para que sejam passadas de geração em geração e não caiam no esquecimento e sejam apagadas, restando apenas lampejos de memórias em algumas folhas de livros ou matérias de telejornais, referências bibliográficas, fotos e outros documentos. O dossiê do IPHAN contém 109 páginas e pode ser encontrado em formato de texto impresso ou de forma digital na página oficial da instituição na Internet.

Com base na análise do relatório e no dossiê produzido a partir do mesmo, é necessário levantar a discussão sobre temas que são de profunda importância para entender a necessidade de elaboração dos dois documentos trabalhados e, conseqüentemente, a patrimonialização da Feira. Uma das perguntas centrais que resultaram no presente estudo é o porquê é importante tornar a Feira Central patrimônio cultural do Brasil?

É relevante a compreensão sobre quais embates surgiram entre a patrimonialização e a requalificação do espaço, não menos importante esclarecer para o leitor se houve melhorias, de forma prática, após o registro da Feira como patrimônio, ou será que o registro tornou a Feira um grande museu ao ar livre, abrindo uma lacuna e separando de vez a Campina Grande moderna do século XXI tomada como grande polo tecnológico do Nordeste e até mesmo do Brasil, de uma Campina que preserva traços de sua fundação que vão para além das construções de tempos de outrora que resistem ao tempo, assim como as maneiras que os produtos são comercializados, a linguagem utilizada e toda a dinâmica de “fazer” a feira taxada como antiga e ultrapassada.

Como já discutido anteriormente, a importância histórica da Feira e sua relação intrínseca com o desenvolvimento da cidade foi destacado durante a primeira palestra da oficina do projeto participativo realizada no dia 31 de maio de 2013 com tema “A Feira de Campina Grande, patrimônio cultural do Brasil”, ministrada pelo IPHAN. Ali foi destacado o caráter de grande produção cultural da Feira Central e a importância da salvaguarda dessas referências culturais, como destacado no seguinte trecho:

A salvaguarda das referências culturais da feira central de Campina Grande e o seu reconhecimento como patrimônio cultural do Brasil, por meio do registro no livro dos lugares dependem da garantia de apropriação e organização popular dos espaços existentes e da manutenção das condições de produção dos seus valores tradicionais.

<sup>6</sup>O relatório pode ser acessado na íntegra na Internet. Disponível em: [www.academia.edu/43108780/Qual\\_é\\_sua\\_ideia\\_para\\_a\\_Feira\\_de\\_Campina\\_Grande\\_Oficina\\_de\\_Projeto\\_participativo](http://www.academia.edu/43108780/Qual_é_sua_ideia_para_a_Feira_de_Campina_Grande_Oficina_de_Projeto_participativo). Acesso em 15 de abr. 2023.

Por isso é tão importante que a preservação das referências culturais se dê, simultaneamente nas categorias material e imaterial, pois as relações sociais ocorridas na feira necessitam do suporte material e dos espaços de sociabilidade historicamente apropriados (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2013, p. 10).

Para além do caráter formal de uma palestra, o aspecto cultural que a Feira proporciona está presente e é vivido por seus praticantes dia a dia desde a maneira como um feirante arma sua barraca para vender seus produtos, a exemplo de um vendedor de fruta que organiza seus produtos de uma forma que não pode ser encontrada em nenhum outro lugar, empilhando as frutas em um prato com a habilidade de um engenheiro que faz seus cálculos para que a estrutura de seu prédio seja firme.

### **3.2 A importância da produção cultural da Feira Central**

O vendedor de fruta seleciona as maiores frutas para servir de base e sustentar as demais frutas que compõem o prato, da mesma maneira que seleciona as frutas mais suculentas para compor o topo da pilha de frutas, usando métodos e técnicas próprias de um artista ao produzir sua escultura ou pintura e assim cativar o olhar de quem passa por ali. E por falar em prato, na maioria das culturas o termo prato se refere a um utensílio que serve para servir as principais refeições. Porém, na Feira Central de Campina Grande o prato é utilizado como medida quantitativa, seguindo o exemplo do vendedor de frutas, o comprador ao perguntar qual o preço da goiaba, logo ouvirá que “o prato está custando três reais”.

Além de entender que se trata da quantidade de goiaba presente naquele prato, o comprador se utiliza de outra tática cultural encontrada na Feira, que é a pechincha, ou seja, atribuir um preço inferior à mercadoria a qual está interessado, dizendo “vixe como tá caro, faz dois por cinco?” São táticas que o comprador se utiliza para burlar as “regras” do meio de feira (CERTEAU, 2011), expressão comumente utilizada por frequentadores da Feira”.

**Figura 1** - vendedor ambulante de frutas exercendo seu ofício nas ruas da Feira de Campina Grande.



Fonte: Alan David Rocha Campos [sem título] 12 abr. 2023. Fotografia digital.

Estas são imagens comuns encontradas na Rua Deputado José Tavares, Pedro Álvares Cabral, além da lateral do Mercado Central. Só que qualquer pessoa que não conheça o local e pergunte a um feirante qual local que vende frutas e verduras, ouvirá um “é lá na feira de frutas, quando chegar à feira de queijo, pode perguntar que todo mundo informa.” Para um turista ou pessoa que nunca frequentou o local, essa informação vai ser bastante confusa.

O cenário da feira como um todo parece até mais um labirinto onde se entra e não se encontra a saída, mas para aqueles que fazem da Feira sua segunda casa – ou até mesmo a primeira casa visto que muitos feirantes chegam à feira ainda de madrugada e só retornam às suas casas com o sol se pondo – esse caráter labiríntico já foi mapeado, é como se cada setor ou micro feira fosse um cômodo de sua casa, um local interligando outro, e cada micro feira tem suas características particulares.

A beleza da feira de flores e o cheiro suave das flores que lotam o espaço contrastam com o odor forte da feira de peixe. Ainda na metáfora da casa é como se saíssemos do jardim da varanda diretamente para o banheiro ainda por ser limpo. Com certeza a feira de queijo e doces seria a cozinha, local em questão, onde são vendidos os mais diversos tipos de doce como coco, jaca, caju, goiaba, “nego bom”, “quebra Queixo”, assim como os queijos de diferentes tipos como queijo de leite de vaca, cabra e queijo de manteiga. Enfim, se trata de um espaço que desperta o paladar de qualquer um que passe por lá. Diferentemente dos supermercados, antes de comprar essas iguarias vindas da própria culinária local o cliente tem direito a provar antes de levar. Esse aspecto labiríntico da feira é destacado de maneira didática pelo historiador e feirante Adonhiran Ribeiro:

A feira é na verdade um caos organizado que é contraditório. Mas isso tem a ver com o fato de que a feira segue sua própria lógica. Então, para quem não conhece a feira, aparentemente aquilo ali é uma grande loucura, não é? Uma coisa caótica e labiríntica. Mas na verdade existe ali não apenas uma lógica de ocupação espacial, que evidentemente os comerciantes da feira conhecem muito bem e os

frequentadores assíduos. Então nesse sentido, quando você conhece a feira, você percebe que existe não apenas uma perspectiva econômica, mas na verdade a feira é um grande museu antropológico, um grande espaço sociológico, histórico, cultural. E aí quando a gente descobre isso, quando a gente percebe isso, passa a ver a feira a partir de outros referenciais e divisórias espaciais (DOSSIÊ, 2017, p. 39)

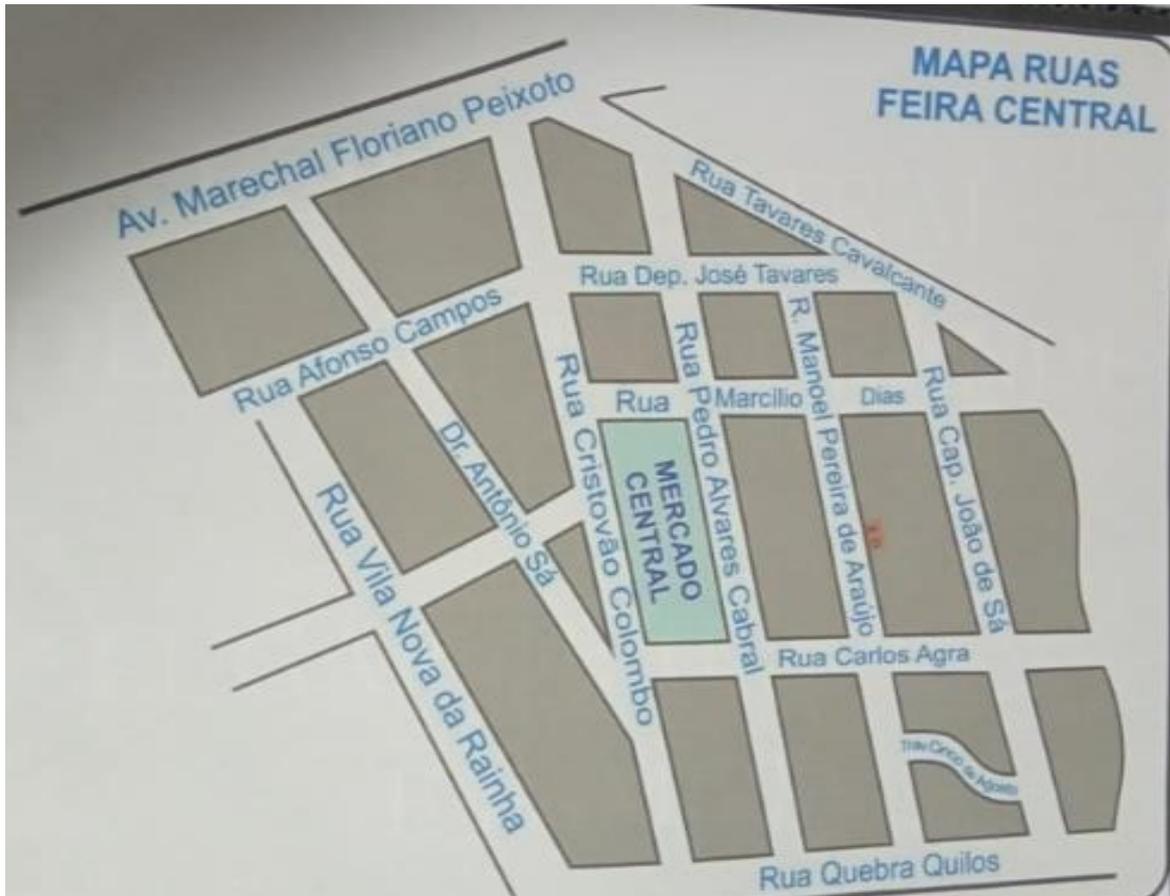
Ainda desvendando as micro feiras, o Mercado Central abriga a feira de carnes, também bares e restaurantes com comidas e bebidas das mais diversas. É quase impossível passar pelo Mercado e não experimentar uma buchada de bode com uma “lapada de cana brejeira”, pois é um local que reúne muitas pessoas no dia de feira onde acontecem os mais diversos encontros e as mais plurais conversas, como aquelas que acontecem na sala de nossa casa com os familiares.

Situada na Rua Manoel Pereira de Araújo, a feira de raízes com suas ervas medicinais que prometem a cura para quase todos os males da vida e a feira de Galinhas, local de venda de aves vivas ou abatidas, mas também conhecida como “Rua dos Cabarés” local que ficou destinado para zona de meretrício. Nesta rua funcionavam alguns cabarés, no entanto hoje ostenta apenas redutos de prostituição ao ar livre, e o local que um dia foi o grande Cassino Eldorado, o maior bordel de Campina Grande, construído em 1937, recebeu atrações de nível nacional, era frequentado apenas por pessoas de muitas posses que visitavam Campina Grande, apesar de ser tombado pelo IPHAEP, hoje resta apenas seus escombros. A fala do dossiê do registro da Feira como patrimônio reflete sobre a diferença entre o Eldorado dos tempos de pompa e apogeu, e o que restou de sua história no tempo presente a partir de escombros e restos:

Enquanto nos tempos de sua integridade arquitetônica, o cassino Eldorado reluzia como templo de luxúria e falsa moral, no olhar de certa elite urbana campinense, hoje as ruínas do antigo edifício, cravadas no meio da feira de animais vivos servem de palco para os mesmos desejos carnais, agora mais popularizados e misturados aos recantos lúgubres da Feira-cidade, longe dos holofotes dos chiques cabarés e das canetas dos fiscais de higiene pública (DOSSIÊ, 2017, p. 57)

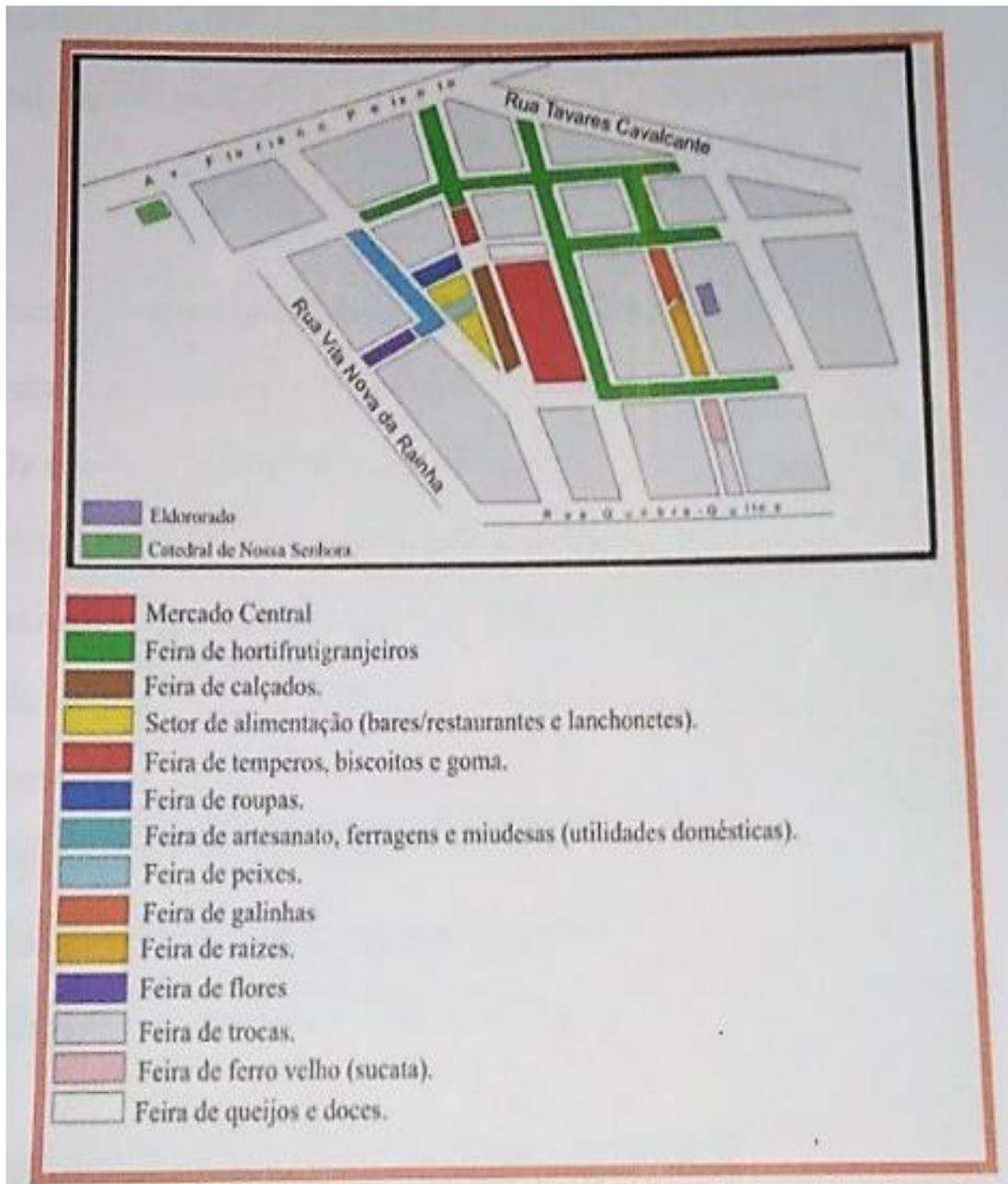
Destaca-se ainda a feira de calçados e roupas situados nas ruas Cristovam Colombo e Antônio de Sá, com roupas e calçados pendurados e espalhados por todo lado, assemelhando-se muito a um guarda-roupa repleto de variedades para todas as idades e gostos. São tantas micro feiras que apenas uma “casa” não suportaria sua diversidade. Talvez um prédio com dezenas de andares fosse equiparável para toda essa quantidade de micro feiras, a título de exemplo; a feira de temperos, biscoitos, goma, ferragens, de troca e de ferro velho são alguns exemplos das diversas feiras encontradas naquele local. A distribuição espacial estará mais bem disposta para a compreensão nos mapas abaixo.

**Figura 2** - Nome das ruas em que estão localizados os tipos de feiras.



**Fonte:** Projeto "Qual é sua ideia para a feira de Campina Grande? (Relatório de Atividades), 2013.

**Figuras 3** – mapa representando os tipos de feira e o nome das ruas em que estão localizadas.



**Fonte:** Projeto “Qual é sua ideia para a feira de Campina Grande? (Relatório de Atividades), 2013.

Portanto, patrimonializar a feira foi algo necessário para proteger todo esse espaço com seus prédios de valor histórico que carregam parte da história da própria cidade, assim como preservar os modos tradicionais de compra e venda de mercadorias e o caráter de lugar de trocas comerciais e culturais. Neste sentido, apesar das complexidades e fragilidades inerentes ao processo, o gesto de reconhecer e registrar algo como patrimônio indica caminhos possíveis sobre a construção de políticas públicas no campo da cultura e patrimônio, o que pode abrir caminhos para que, de forma democrática se possa negociar os recursos técnicos, financeiros e institucionais concernentes ao sucesso do projeto e a sua ampla repercussão social. Neste sentido, as trocas culturais se dão em diferentes graus e com diferentes mecanismos em jogo.

Ao analisar esse aspecto cultural é interessante frisar o conceito de cultura utilizado por Edward Taylor, no qual ele diz que “tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TAYLOR, 1871, apud LARAIA, 2001, p. 25). Ou seja, historicamente, a Feira tem esse caráter cultural de transmissão de conhecimentos de saberes e ofícios que são transmitidos de geração para geração e que disputam lugar com as novas profissões que o mercado exige.

Ainda é possível ver na Feira Central profissões como o seleiro, artesão que confecciona a mãos peças para vaqueiros; os repentistas que divulgam sua arte de cantar e tocar violas, improvisando cantigas sobre os assuntos mais diversos; a confecção de cestos, balaios e caçuás que tem como matéria prima o cipó. Todos esses são, enfim, objetos de uso comum na feira, servem para exposição de frutas e verduras assim como já foram utilizados pelos Balaieiros para transportar as mercadorias compradas na Feira, hoje esse transporte ocorre através de carrinhos de mãos.

A gelada, suco artesanal armazenado em recipientes de alumínio com gelo – o sabor mais conhecido é o de coco, mas existem outros sabores – que mesmo com os diversos tipos e variadas marcas de refrigerante, é uma bebida que resiste ao longo do tempo e é popularmente conhecida por quem frequenta a Feira. Outra figura presente é a do Flandreleiro, que transforma folhas de flandres, uma espécie de folhas de ferro e aço revestido com estanho, em diversos objetos como lamparinas, latas, bacias dentre outros. Trata-se de um trabalho artesanal que foi passando de geração por geração.

Outra prática é a debulha do feijão que consiste em retirar o feijão da casca, pois geralmente o feijão debulhado é vendido ao mesmo preço que ele na casca. Esta é uma tática das debulhadeiras para atrair os fregueses. E não menos importantes são as barbearias que são encontradas aos montes na Feira Central nos dias de hoje, proporcionando os mais diversos serviços, cortes e penteados de última moda, como em qualquer salão de beleza bem conceituado dos grandes centros urbanos. No entanto, é uma adaptação aos ventos da modernidade, pois antes havia os “pela-porcos” – barbeiros conhecidos pelo preço baixo de seus serviços e pela situação precária de seus estabelecimentos, muitas vezes funcionando em barracas e locais improvisados. Os “pela porcos” ficavam situados próximo onde hoje se encontra a sede do Serviço Social do Comércio (SESC). Atualmente os novos salões tomaram seus espaços, ocasionando uma ruptura do antigo com o moderno.

A Feira, vista pelos olhos de um turista, ou de pessoas que nunca a frequentou, tem esse caráter confuso, labiríntico, antigo, ultrapassado. Mas, como destaca Roque de Barros Laraia (2001), utilizando o conceito de cultura de Ruth Benedict que diz que “a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desconhecidas das coisas” (BENEDICT apud BARROS, 2001, p. 67). Assim, a lente que o feirante utiliza para enxergar a Feira demonstra o grande organismo pluricultural dotado de saberes e de fazeres únicos que só podem ser acessados por quem vive e convive na Feira Central de Campina Grande.

Tal conceituação demonstra como a cultura é um sistema por meio do qual as relações são criadas e recriadas diariamente, é o verdadeiro substrato que torna possível a vida comum, uma vez que a vida humana precisa de significados, valores, comportamentos, autorizações etc. Mais do que algo relacionado com o fruir e o entretenimento, a cultura poderia ser tomada como sinônimo de vida, na medida em que a vida humana é tecida e alimentada por uma série de práticas que perduram no tempo, fazendo com que certas formas de viver, falar, comer, pensar, trabalhar e sentir prazer sejam praticadas diariamente por uma coletividade.

E o reconhecimento da importância desse local na vida de cada feirante – pessoa que trabalha ou frequenta a feira diariamente – foi a sua patrimonialização pelo IPHAN. Dizer reconhecimento significa pelo menos duas coisas, nesse contexto: a atribuição de uma

diferença cultural e sua importância na organização coletiva, mas também o registro das características específicas que organizam ali aquela cultura.

A segunda questão a ser discutida é, quais embates surgiram no processo de patrimonialização e o porquê não foi realizado o processo de revitalização do espaço, mesmo diante de tantos problemas de infraestrutura apresentados e discutidos juntamente com o público mais interessado nesse processo de reforma, os feirantes.

Que a feira Central de Campina Grande é alvo de interesses e tentativas de disciplinarização das elites de Campina Grande não é nenhum mistério, tendo em vista que o espaço já foi alvo de questionamentos higiênicos, de saúde, de comportamento e segurança, a Feira foi relocada mais de uma vez para longe dos olhos dessas “elites” e a mais de meio século funciona no espaço atual.

É possível verificar no anexo quatro da extensão universitária “Qual é a sua ideia para Feira de Campina Grande?”, o convênio e Plano de Trabalho firmado entre SEPLAN/PMCG e CAU/UFCG para o projeto de revitalização da Feira Central e do Mercado Público de Campina Grande, no qual ficaram estabelecidas as diretrizes projetuais para a revitalização do espaço citado acima. Em sua cláusula quarta ficou estabelecido que o convênio tivesse duração de seis meses, e poderá ser prorrogado por mais seis meses a partir da data da assinatura do convênio que foi no dia 21 de maio de 2013. Em sua cláusula sétima foi definido o valor do repasse da verba destinada à elaboração do projeto no valor de R\$ 181.660,76. Em 2008 foi assinado o contrato nº 0281907-85 entre a PMCG e a Caixa Econômica Federal no qual foi destinado o valor de R\$ 19.556.898,02 para desenvolver o projeto de revitalização da feira central e do mercado público com vigência até 30/09/2013.

No entanto em reunião realizada no dia 25/01/2013 entre o presidente do Instituto do Patrimônio Histórico da Paraíba e os secretários de planejamento e obra da PMCG foi atestado que apenas 2,95 % da obra havia sido realizada e que o projeto foi aprovado apenas para que a PMCG não perdesse os recursos destinados da União para realização do projeto, mas que o projeto não atendia a uma série de adequações descritas na informação técnica 001/2012 – DT/IPHAN/PB, Análise dos Impactos do projeto de revitalização da Feira Central de Campina Grande/PB, que dentre elas estão a demolição de edificações de valor cultural e não a melhoria do espaço já existente. Ficou claro que no projeto não ficou entendido o valor cultural do espaço, como descrito no documento.

consideramos que o Projeto de Revitalização da Feira Central, a partir dos desenhos apresentados ao IPHAN e da consulta à documentação disponibilizada pelo Iphaep, não respeita as referências culturais dos feirantes, sua organização espacial tradicional, dissolvendo as formas de apropriação, uso e ocupação do espaço urbano” (p. 9); “propomos, por isso, a elaboração de um novo projeto arquitetônico e urbanístico” (p. 10). (RELATÓRIO DE ATIVIDADES/Anexo 4, 2013, p. 2).

Houve, a pedido do prefeito Romero Rodrigues (PSDB) a negociação para rescisão do contrato com a construtora responsável pelo projeto e a elaboração de um novo projeto que atendesse as especificações. Pedido esse que resultou na elaboração desse novo plano de trabalho descrito na extensão universitária “Qual é a sua ideia para feira de Campina Grande” oficina de projeto Participativo que contém sua estrutura projetual dividida em 1. Identificação, 2. Histórico, 3. Objetivo, 4. Justificativa, 5. Metodologia, 6. Etapas de trabalho, 6.2 Diretrizes de projeto (workshop), 6.3 Elaboração de projeto básico, 6.4. Elaboração de projeto executivo, 7 Equipe técnica executiva, 8. Equipe multidisciplinar de colaboradores, 9. Aquisição de equipamentos e contratação de serviços, 10. Workshop diretrizes de projeto, 11. Cronograma, 12. Atribuições, e 13. Custos do projeto. Documento assinado em 28 de fevereiro de 2013 pela coordenadora de planejamento urbano SEPLAN/PMCG, Maria Veronica do Vale da Costa.

No anexo sete da extensão universitária, encontra-se o termo de referência, que são diretrizes gerais da SEPLAN para as melhorias da revitalização do espaço da Feira e do Mercado central. São dezenove pontos abordados no documento visando melhorias na infraestrutura, melhor utilização do espaço, melhorias na rede de saneamento básico dentre outros pontos de suma importância para realização da revitalização.

Nesse novo projeto de revitalização as mudanças não foram pensadas de forma vertical de cima para baixo, mas sim de maneira horizontal abrangendo o interesse de todas as camadas de pessoas que constituem o espaço e em uma pesquisa de opinião pública sobre a revitalização da Feira Central. Foram entrevistadas cerca de 300 pessoas que são relevantes para Feira de modo direto ou indireto. Ficou constatado que a revitalização se faz necessária diante dos temas e dados levantados na entrevista.

Referente à avaliação do acesso a feira central 37% dos entrevistados afirmou que o acesso era ruim, 19,7% péssimo 26,7 regular e apenas 14% bom. Sobre a pavimentação das ruas 33,3% responderam que eram péssimos, 34% ruim, 24% regular e 6% bom. Os maiores índices de descontentamento estão no quesito estacionamento em que 52% informaram ser péssimo estacionar nos arredores da feira.

A higiene na feira central, 54,3 % das pessoas acham péssima. Por sua vez, o tema segurança é outro problema gritante e chegou a bater a marca de 81,7% entre péssimo e ruim, fazendo vir à tona a questão central que não deixa dúvida se é necessária uma reforma na Feira. E o gráfico abaixo mostra a resposta predominante a esse quesito.

**Figura 4** – A opinião dos feirantes sobre a Revitalização da Feira Central.



Fonte: Dossiê de Registro do IPHAN, 2013.

Diante da importância da revitalização da Feira Central, foram elaboradas diretrizes pelo IPHAN e IPHAEP para futuras intervenções com o interesse na retomada do registro da Feira Central de Campina Grande como patrimônio cultural do Brasil. São 12 pontos que garantem a preservação dos edifícios de valor histórico, a organização espacial própria dos

feirantes, melhorias nas vias públicas, combate ao trabalho, abuso e exploração sexual infantil, melhorias das condições de higiene da Feira, incentivo à cultura, além de outros pontos, que podem ser encontrados no anexo 12 do relatório de atividades da extensão universitária. Não é relevante transcrever o documento completo, mas é necessário apontar os principais caminhos a serem seguidos para a reforma. No entanto vale apenas trazer aos olhos do leitor uma das diretrizes que visam respeitar o caráter cultural da feira Central de Campina Grande, que diz o seguinte:

Respeitar a autonomia popular da gestão administrativa da feira e resguardar a organização espacial-setorial dos feirantes, valorizando os modos tradicionais de compra e venda (a arte da pechincha, de experimentar o produto na hora, de senti-lo com todos os nossos sentidos). Garantir as condições de existência da lógica de produção (modos de fazer e ofícios), de locomoção e comercialização dos produtos na Feira central. O respeito à autonomia popular da gestão e organização da feira não deve negar a necessidade do pagamento das taxas publicas previstas em lei. (Relatório de Atividades/Anexo 2, 2013, p. 2)

Assim, desde 27 de setembro de 2017 a Feira Central de Campina Grande está registrada como patrimônio cultural do Brasil, no entanto seu projeto de revitalização ainda não saiu do papel. Espero que os dados acima esclareçam ao leitor a importância da patrimonialização do bem assim como a necessidade de um projeto de revitalização nos moldes descritos pelo projeto de extensão universitária “Qual é a sua ideia para Feira de Campina Grande?” para que todo esse espaço de transmissão de cultura seja preservado para as futuras gerações campina-grandenses.

#### **4 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO: INSTITUIÇÕES SOCIAIS E IMPRENSA NA CONSTRUÇÃO E REPERCUSSÃO DA PATRIMONIALIZAÇÃO DA FEIRA CENTRAL.**

Diante do registro da Feira Central de Campina Grande no Livro de Registro dos Lugares do Iphan, e o seu reconhecimento como patrimônio cultural do Brasil, é possível analisar a repercussão da notícia, propagada pela imprensa e veículos de informação, traçando um panorama do impacto real da patrimonialização do bem na vida dos feirantes. Assim como destaca Ana Luiza Martins (2015, p. 281) ao tratar do estudo do patrimônio como “(...) um campo que, de forma ‘gulosa’, se serve de tudo que estiver disponível – das cartas aos prédios, da literatura a um bairro inteiro – e que for capaz de representar a dinâmica da história”. Torna-se necessário, então, analisar de que forma algo é noticiado, como agrega valor a um determinado assunto social e se faz necessário entender o que foi dito, ou não, sobre o tema abordado.

Dessa maneira, para destacar a repercussão da patrimonialização da Feira Central de Campina Grande na imprensa, foram analisadas as notícias difundidas sobre o tema em três jornais que atingem um grande número de leitores em todo o estado, sendo eles: o *Jornal da Paraíba*<sup>7</sup>, o jornal *A União*<sup>8</sup>, e pelo portal de notícias *GI Paraíba*<sup>9</sup>.

<sup>7</sup> Fundado em cinco de setembro de 1971, o *Jornal da Paraíba* faz parte da Rede Paraíba de Comunicações, juntamente com outros sete veículos de comunicação, um dos maiores grupos de divulgação de notícias em todo estado da Paraíba. Em 2016 anunciou a suspensão de sua versão impressa e no dia 10 de abril do mesmo ano migrou para versão online.

<sup>8</sup> Pertencente a Empresa Paraibana de Comunicações, o jornal *A União*, foi fundado em 1893, é um dos mais antigos periódicos impressos que ainda está em circulação no Brasil. Conta com editora, gráfica e livraria própria, e é responsável pela publicação do Diário Oficial da Paraíba.

#### 4.1 A Feira Central e a Imprensa.

Começamos pelo jornal *A União*, que é um jornal estatal paraibano fundado em dois de fevereiro de 1893, e um dos poucos jornais no Brasil que ainda mantém suas tiragens de maneira impressa, mas que é possível acessar seus exemplares de maneira virtual. Ele traz em matéria publicada<sup>10</sup> no dia 08 de outubro de 2017 no caderno de notícias e diversidades a matéria com o título: “Feira de CG lutou dez anos para ser reconhecida como patrimônio”. O texto retrata o caráter da diversidade cultural e dos modos singulares de se “fazer a feira” que só se encontram na Feira Central de Campina Grande, assim como, o longo período em que se arrastou o processo, que vem desde o ano de 2007 tentando o registro, relata os entraves enfrentados, a retomada do processo e a criação do dossiê de registro em 2013 e o registro do bem no dia 27 de outubro de 2017 anunciado pelo Iphan.

A grande repercussão dessa matéria não se dá pelo fato de a Feira Central de Campina Grande se tornar patrimônio cultural, mas como enfatiza o título da matéria, o grande destaque se dá pelo longo período de tempo em que os órgãos públicos levaram para conseguir o registro do bem. Em matéria que ocupa apenas uma página, uma questão de suma importância foi deixada de fora: quais melhorias a patrimonialização iria manifestar ou materializar na própria Feira e na vida dos feirantes? Ou ainda, outra pergunta: por que é importante registrar a feira e suas referências culturais como patrimônio cultural do Brasil?

São perguntas que querem fazer pensar sobre por que o reconhecimento de algo como patrimônio somente acontece em certas relações institucionais e políticas que, por sua vez, exigem tempo, convencimento e organizam em maior ou menor medida algumas propostas práticas para a transformação da realidade a partir de uma relação que uma sociedade constrói com os vestígios da sua história e cultura.

Em matéria publicada pelo *Jornal da Paraíba* no dia 13 de junho de 2018, com o título “Feira Central de CG recebe título de patrimônio cultural do Brasil”<sup>11</sup>, foi destacada a importância da concessão do título a Feira Central de Campina Grande enfatizando que é o primeiro entregue pelo Iphan na Paraíba. Destaca o caráter familiar e coletivo assim como aponta alguns produtos e serviços encontrados no local.

O *Jornal da Paraíba*, fundado no ano de 1971 como jornal de circulação diária que atualmente pode ser encontrado no modelo de portal de notícias, faz parte da Rede Paraíba de Comunicações juntamente com as TVs Paraíba e Cabo Branco filiadas da Rede Globo. Porém, para um jornal de tamanho alcance no Estado, reservou não mais que quatro parágrafos para noticiar a patrimonialização. A matéria destaca o título concedido, mas deixa uma grande lacuna na hora de relatar quais aspectos culturais levaram a feira ao reconhecimento como patrimônio cultural e o que mudaria a partir daquele reconhecimento por parte do Iphan para os cidadãos.

Por sua vez, o *G1 Paraíba*, portal de notícias mantido pelo grupo Globo traz a matéria “Feira Central de Campina Grande é reconhecida como patrimônio cultural do Brasil”<sup>12</sup>, em matéria publicada no dia 27 de setembro de 2017, destacando o espaço de tempo entre o pedido de reconhecimento e sua efetivação. O texto enfatizou o caráter colaborativo e de

<sup>9</sup> Filial paraibana de um dos maiores portais de notícias do Brasil, o G1 que pertence ao Grupo Globo, é um portal de notícias fundado em 2011, e mesmo tendo sua fundação recente, atinge um grande número de leitores através de atualizações de notícias quase de forma instantânea por ser encontrado em formato digital.

<sup>10</sup> A matéria pode ser acessada na íntegra através do link: [https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno\\_diversidade/feira-de-cg-luta-para-ser-reconhecida-como-patrimonio-imaterial](https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_diversidade/feira-de-cg-luta-para-ser-reconhecida-como-patrimonio-imaterial). Acessado em 09 de abr. 2023.

<sup>11</sup> A matéria pode ser acessada na íntegra através do link: [HTTPS://Jornaldaparaiba.com. BR/cultura/feira-central-de-campina-grande-recebe-titulo-de-patrimonio-cultural-brasil/](https://jornaldaparaiba.com.br/cultura/feira-central-de-campina-grande-recebe-titulo-de-patrimonio-cultural-brasil/). Acesso em 09 de mai. 2023.

<sup>12</sup> A matéria pode ser acessada na íntegra através do link: [HTTPS://g1.globo.com/PB/paraiba/noticia/feira-central-de-campina-grande-e-reconhecida-patrimonio-cultural-do-brasil](https://g1.globo.com/PB/paraiba/noticia/feira-central-de-campina-grande-e-reconhecida-patrimonio-cultural-do-brasil). HTML. Acessado em 09/05/2023

pesquisa para reunião das referências culturais, assim como apontou o amplo espaço que ocupa a Feira no centro da cidade e que devido a sua extensão é possível “encontrar de tudo na feira”.

Diante dessas três matérias publicadas por diferentes veículos de comunicação, elas convergem em apenas apontar para além da data do registro do bem, que a patrimonialização é um feito de grande importância para a cidade. Ressaltaram o caráter de um local onde se é possível encontrar de tudo um pouco, assim como fala do período em que se arrastou o processo de registro. Entretanto, as matérias se saturam e não expõem nada que possa identificar de fato o porquê a Feira foi premiada com esse título.

Importante destacar que não é papel da imprensa fazer uma crítica histórica profunda sobre o processo do registro, mas é necessário que seja apontado, para além da data e de quantos conselheiros estiveram envolvidos no processo, os caminhos que levaram ao registro, lembrando aos leitores a importância econômica, histórica e, sobretudo, cultural que a Feira tem para cidade. Mais do que informar sobre o registro, torna-se importante destacar as condições que levam um bem cultural ser reconhecido como tal e porque tantos outros não recebem tal prestígio em termos culturais.

Seguindo a mesma estrutura de divulgação dos veículos de imprensa citados acima, o blog *Retalhos Históricos de Campina Grande*, que foi reconhecido como serviço de utilidade pública de acordo com a lei municipal nº 5096 de 24 de novembro de 2011, faz publicações retratando um pouco da história da cidade e trazendo para os seus leitores fragmentos do que foi a Campina Grande de outrora por meio de textos e fotografias, sendo tal material construído a partir do acesso a arquivos privados, que por si só constitui-se como objeto de pesquisa histórica a se efetivar no futuro, a fim de entender os processos de seleção e publicação desse material de arquivo para a sociedade a partir do foco em curiosidades sobre o espaço da cidade.

Apesar de noticiar de forma sucinta a patrimonialização da Feira Central em postagem<sup>13</sup> publicada no dia 21 de setembro de 2017, o blog traz uma postagem com o título de “A Feira Central: O Coração de Campina Grande<sup>14</sup>”, destacando a sua pluralidade cultural, o contexto histórico e importância econômica, disputando lugar com as redes de supermercado que foram se instalando na cidade<sup>15</sup>. Além disso, a postagem traz imagens históricas retratando um pouco de como era a Feira Central algumas décadas atrás.

#### 4.2 A Feira Central Patrimônio Histórico Cultural do Brasil.

Todavia, o site oficial do Iphan – órgão responsável, sobretudo, por registrar, proteger e divulgar o patrimônio material e imaterial do Brasil – traz a notícia publicada no dia 21 de setembro de 2017 sob o título “Feira Central de Campina Grande pode se tornar patrimônio cultural do Brasil” que para além de informar que o registro da Feira Central de Campina Grande se efetivaria no dia 27 do mesmo mês, traz uma matéria dedicada a esclarecer ao leitor como se deu o processo de registro através de diálogos e pesquisas de maneira colaborativa entre feirantes, Poder Público e órgãos responsáveis pelo registro.

<sup>13</sup> A postagem pode ser acessada através do link; <http://cgretalhos.blogspot.com/2017/09/iphan-feira-central-de-campina-grande.html>. Acessado em 15/05/2023

<sup>14</sup> A matéria pode ser acessada através do link; <http://cgretalhos.blogspot.com/2010/05/feira-central-o-coracao-de-campina.html#comment-form>. Acessado em 15/05/2023.

<sup>15</sup> Para mais informações sobre o impacto que as redes de supermercados causaram na Feira Central de Campina Grande, ler: COSTA, Antônio Albuquerque da. A Feira de Campina Grande: Transversalidade na sucessão dos meios. In: COSTA, Antônio Albuquerque da. **Sucessões e Coexistência no Espaço Campinense na sua inserção ao Meio Técnico -científico - informacional**: A Feira de Campina Grande na Interface desse processo. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, [S. l.], 2003

Deste modo, destaca a importância que a feira tem para a cidade como centro econômico e cultural, enfatizando o caráter de sociabilidade, de trocas não só de mercadorias, mas também trocas culturais, local de saberes e fazeres singulares. O texto perpassa até ao leitor mais leigo sobre o assunto um pouco da importância do registro assim como a importância da Feira para a cidade de Campina Grande.

**Figura 5** – Publicação do Iphan referente à patrimonialização da Feira Central de Campina Grande.



**Fonte:** Portal do Iphan, 2013.

Caso o leitor, queira se aprofundar mais sobre o tema é possível encontrar ainda no site do Iphan, mais especificamente no Livro do Registro de Lugares, o registro da Feira Central de Campina Grande juntamente com seu dossiê de registro. Ao lado de outros bens registrados como o Tava, lugar de referência para o povo Guarani, localizado em São Miguel das Missões no Rio Grande do Sul, Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uaupés e Papuri, localizada na região do Alto Rio Negro, distrito de Iauaretê, município de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas. E também a Feira de Caruaru, localizada na cidade de Caruaru no Estado de Pernambuco. Locais que compartilham o título de patrimônio cultural imaterial por apresentar/ser locais de referência para um determinado povo, que precisa ser reconhecido e preservado.

Portanto, diante do material analisado acima, foi possível verificar que a notícia da patrimonialização da Feira Central de Campina Grande foi amplamente divulgada pelos mais diversos veículos de comunicação em nível estadual e federal. No entanto, como foi demonstrado, as notícias raras vezes atingiam um número significativo de parágrafos, deixando de esclarecer ao leitor a riqueza e a diversidade cultural propagada pela Feira.

Nesse momento, podemos destacar que o site oficial do Iphan apresenta uma gama de informações que podem esclarecer e até mesmo apresentar as principais características que

levaram a patrimonialização do bem para quem não é familiarizado com o espaço e com o processo de patrimonialização. Porém, não foi possível localizar em nenhuma das notícias e reportagens nem mesmo no Iphan, como a patrimonialização interferia na vida dos feirantes e quais mudanças isso traria para o cotidiano da Feira.

Para um simples transeunte que caminhasse pela feira um dia antes da patrimonialização e voltasse ao local em Dois mil e vinte e três – momento em que escrevo este artigo –, poderia falar sem titubear que os problemas enfrentados pelos feirantes são os mesmos. Não é possível verificar nenhuma melhoria no local e nada foi feito para preservar o espaço que está paulatinamente distanciando o feirante devido à miríade de problemas apresentados. Em uma caminhada pela Feira em um dia chuvoso, os totens colocados no Mercado Central simbolizando que a Feira é um patrimônio cultural se ofuscam, até mesmo passam despercebidos diante dos problemas que uma simples chuva pode causar ao espaço como demonstra a seguir.

**Figura 6** – Dificuldades enfrentadas pelos feirantes em um dia chuvoso na rua Dr. Antônio de Sá.



Fonte: Alan David Rocha Campos. [sem título] 29 Mar. 2023. Fotografia digital.

**Figura 7** – Um dos totens colocados no mercado central em referência a patrimonialização da feira central.



Fonte: Alan David Rocha Campos. [sem título] 17 set. 2020. Fotografia digital.

As imagens acima foram registradas durante os anos que convivo na feira como trabalhador de uma das centenas de lojas de variedade que mesclam produtos produzidos pelas fábricas, muitos deles importados até de outros países, com mercadorias produzidas localmente, seja por indústrias ou por artesãos. As imagens foram escolhidas dentre as mais variadas que registrei ao longo de mais de oito anos, devido à inquietação que elas causam em quem convive e faz a Feira cotidianamente. A figura 6 foi registrada em um dia comum de chuva, no entanto, a imagem de uma feirante retirando o lixo dos córregos para que a água não inundasse seu banco demonstra uma realidade vivida por todos que compartilham o espaço e sofrem com os problemas de infraestrutura que, historicamente, é “comum” ali.

São cenas que se repetem sazonalmente e nada é feito para que se reverta esse quadro. A partir desse cenário é que escolhi a imagem 7. Ela foi produzida em um dia qualquer de 2020, pois enquanto almoçava no mercado central esse totem me chamou atenção. E com um rápido olhar pelo espaço identifiquei que existiam outros totens como esse, todos espalhados pelo mercado central. Eles contam um pouco da história da Feira Central de Campina Grande e estão ali representando sua patrimonialização, sendo materialmente produzidos a partir de recursos da PMCG e com o intuito de informar a população sobre o tema, mas a partir do discurso oficial sobre a patrimonialização, não havendo ali a presença de vozes de quem trabalha cotidianamente neste espaço.

Como já mencionado que história e memória estão interligados, e que a memória é um exercício de fazer lembrar, mas principalmente, de esquecimento, registrei a imagem de maneira que destacasse o plano de fundo focando nas pinturas atrás do totem, de modo que ficasse evidente que daquele ângulo fosse possível identificar tentativas de exaltação à cultura, como no letreiro pintado em uma das edificações que diz “casa do cordel” enfatizando que naquele local a manifestação cultural da literatura de cordel se faz presente.

Ao fundo, quase encoberto pelo totem existe um restaurante que serve as mais diversas comidas típicas da região e que podem ser encontradas naquele espaço, pode ser observado também um local para socialização de pessoas com mesas distribuídas por um amplo espaço, que contribui para encontros e conversações das mais diversas pessoas, o que, segundo Marshall Berman<sup>16</sup>, é uma das características presentes em cidades modernas: propiciar espaços de encontro entre pessoas.

Dessa maneira a colocação desse totem nesse exato local não tem nada de aleatório ou coincidência, mas sim todo um arcabouço foi montado para que esse espaço se transformasse em um local de memória, um local que abriga as referências culturais da Feira deixando de fora os problemas reais para que caiam em esquecimento, como se a cultura fosse algo estático que só se encontra dentro dos muros do Mercado onde os totens foram colocados e para além desses muros tudo fosse caos e desordem.

No entanto, a cultura é um organismo vivo que está presente em toda faixa de prédio, em cada feirante que vende e compra suas mercadorias, em cada Repente cantado pelas ruas pelos repentistas que tentam ganhar alguns trocados com seus trabalhos. Disso resulta a compreensão de que não adianta encobrir os reais problemas do espaço montando um grande teatro no qual é tentado fixar na visão de quem frequenta a feira que no Mercado está contido todo centro irradiador de cultura da Feira. É uma tentativa falha, do mesmo modo que falharam ao colocar um telhado gigante de metal sob o Mercado para preservar a estrutura dos galpões ali presentes, que como pode ser verificado não melhorou em nada a estrutura do Mercado nem o dia a dia de quem comercializa no local.

Portanto, ao analisar o papel da imprensa na veiculação de notícias sobre a patrimonialização, deve-se destacar os escritos das professoras Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto que destacam:

(...) não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias “têm uma opinião”, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mais ainda, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos. E que, como força social que atua na produção de hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro (FARIA & PEIXOTO, 2007. P. 258-259).

Assim, a produção da imprensa ao destacar a patrimonialização de acordo com as matérias que foram apresentadas no decorrer do texto, demonstram a tentativa de afirmar memórias de eventos e sujeitos. Mas infelizmente as notícias não são endereçadas para os principais agentes que compõem a feira, isto é, os feirantes. Focaliza-se ainda a figura dos grupos políticos<sup>17</sup> que serão lembrados por tornar a Feira um patrimônio cultural do Brasil,

<sup>16</sup> BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das letras, 2007. 465 p.

<sup>17</sup> A patrimonialização da Feira Central de Campina Grande ocorreu durante o mandato do prefeito Romero Rodrigues Veiga, que até o momento era filiado ao PSDB

porém, sem levar em consideração que isso não impactou em quase nada no dia a dia do feirante e da Feira Central.

## 5 CONCLUSÃO

Chego ao fim da trajetória da pesquisa. E não é uma tarefa fácil para um pesquisador tomar um objeto de pesquisa com o qual se tem um laço de afetividade tão intrínseco e deixar de lado suas paixões e repulsas para exercer o papel de cientista social, explicitando fatos e acontecimentos, continuidades e rupturas com o objetivo de trazer ao leitor um texto de fácil compreensão mas, que seja embasado cientificamente, sem estar imbuído de conceitos e preconceitos de quem maneja as fontes, demonstrando a beleza do objeto trabalhado mas explicitando suas necessidades. Tentei, da melhor forma possível, analisar meu objeto de estudo que por muitos anos também é meu local de trabalho: a Feira Central de Campina Grande. Tentei demonstrar nas linhas anteriores sua diversidade cultural e a importância que seu registro como patrimônio cultural do Brasil traz para o espaço em si, mas também o impacto que isso causa no cotidiano da cidade, principalmente na vida de cada pessoa que compõe a Feira.

Como disse, foi necessário deixar as paixões de lado e trazer para o debate algumas questões que não podem ser esquecidas e precisam ser explicitadas e debatidas, mediando o acesso às fontes documentais com a vivência no local. Elenquei ao longo da narrativa alguns problemas que a Feira e os feirantes enfrentam ao longo dos anos e já trabalhados por outros profissionais do campo historiográfico, mas sob uma ótica diferente; tentei abordar as problemáticas não só com os olhos de um historiador, mas também como uma pessoa que passa grande parte da sua vida dentro desse espaço, convivendo e compartilhando as formas e manifestações singulares de um espaço multicultural e, sem cair em devaneios, lembrar das dificuldades e problemas enfrentados naquele local.

Foi destacado no tópico “O surgimento das políticas de patrimônio no Brasil e a relação entre memória e História” um pouco da história e da importância cultural, social e econômica que a Feira proporcionou e proporciona para cidade de Campina Grande, assim como introduzi alguns conceitos como o de patrimônio, que se ressignificou ao longo dos anos no Brasil. Após longos debates acerca do tema ficou ratificado na Constituição Federal de 1988 que o termo agregaria não apenas bens tangíveis, monumentos edificados, como também agregaria bens intangíveis como manifestações culturais passíveis de reconhecimento e salvaguarda.

Não obstante, foi necessário trazer ao debate o conceito de memória e sua relação com História e demonstrar que cabe ao historiador manejar, comparar com outras fontes, verificar e organizar as memórias constituídas por um determinado grupo sobre algo ou alguém para que assim a história de caráter científico possa emergir de um mar de vestígios dispersos, mas articulados a partir de um problema de investigação proposto. A função do historiador não é trazer a verdade sobre os fatos, e jamais poderia ser, mas apresentar os fatos e desdobramentos possíveis em um acontecimento e trazer à tona o que a memória de um determinado acontecimento, muitas vezes cristalizado no imaginário social, esqueceu de forma consciente ou não.

Um dos maiores desafios do texto foi lidar com o período temporal recente, o tempo presente, em que qualquer novo acontecimento poderia mudar todo desfecho da pesquisa. No entanto, diante das leituras e dos autores que tomei como referência, essa tarefa ficou menos árdua e abriu novas possibilidades. A história do tempo presente, por se tratar de uma temporalidade flexível, foi possível recuperar os vestígios deixados pelas rupturas e continuidades a partir do presente.

A proposta do segundo tópico foi apresentar ao leitor o caráter cultural da Feira, e demonstrar o porquê a Feira se encaixa nos parâmetros para ser registrada como patrimônio cultural do Brasil. Para essa tarefa foi tomado como referência o projeto de extensão “Qual é a sua ideia para Feira de Campina Grande?” e o dossiê que foi resultado do processo de patrimonialização, apresentando-os para o leitor entender de forma resumida como se deu o processo de registro. Ao escrever esse tópico me deparei com o entrave dos vários conceitos sobre o que é cultura.

Foram várias leituras que perpassaram o campo da História e adentraram o campo da Antropologia, mas tive como aprendizado que cultura é um conceito flexível e abrangente e está relacionado a um processo de aprendizagem dos saberes, dos fazeres das trocas culturais, da linguagem da própria vivência em um determinado lugar. E de fato, entendi que a cultura pode ser utilizada como uma lente que utilizei para ampliar o campo de estudo do meu objeto de pesquisa, isto é, o conceito antropológico de cultura educa o nosso olhar para ver de modo diferente o que está próximo de nós e por isso mesmo torna-se opaco e naturalizado.

Não deixei de trazer para o debate os problemas enfrentados pelos feirantes, seja pela falta de infraestrutura, segurança e saneamento básico, ou mesmo pela tentativa de exclusão da participação popular no processo de patrimonialização que só foi trazida ao debate através do projeto de extensão coordenado pela Universidade Federal de Campina Grande, mas que de certa maneira ficou bestializada diante dos caminhos que foram trilhados para fazer a patrimonialização ocorrer, sem um projeto concreto de revitalização que atentasse para as necessidades popular.

No terceiro e último tópico, o qual foi denominado de “Formas de participação: instituições sociais e imprensa na construção e repercussão da patrimonialização da Feira Central”, foi evidenciado de que maneira a notícia repercutiu na imprensa local e através de matérias publicadas em jornais, portais de notícias e blogs virtuais. Ao confrontar as matérias fica visível que mesmo os portais de notícias que têm um poder de alcance em nível nacional reservaram algumas estrofes para noticiar o acontecimento. Diante do conteúdo exposto as notícias se assemelhavam sob muitos aspectos, deixando-se de noticiar os impactos que o processo causaria no cotidiano da Feira e na vida dos feirantes. Não houve reflexão alguma sobre se o registro iria acarretar melhorias ou não ao espaço, e mais uma vez os principais envolvidos no processo de patrimonialização ficaram à margem de todo processo.

Durante o processo de escrita desse trabalho redescobri o quão fascinante é poder trabalhar com um objeto de estudo que fez parte da minha vida. Fui surpreendido com a notícia que o tão esperado projeto de revitalização da Feira foi aprovado pela Prefeitura Municipal de Campina Grande em concurso público. Foi divulgado pelo prefeito Bruno Cunha Lima (PSD) em solenidade que ocorreu no dia 28 de abril o resultado do concurso que selecionou um entre os 22 projetos apresentados por arquitetos de todo Brasil.

O projeto escolhido foi o do Escritório Manoel Belisário Arquitetura do Estado do Ceará que faturou um prêmio inicial de 200 mil reais. O projeto terá um custo de cifras altas que permeiam acima dos 50 milhões. Não se sabe ainda a data de início para realização das obras do projeto, mas que a prefeitura já dispõe dessa verba de acordo com o pronunciamento do prefeito.

Gostaria de ter recebido essa notícia antes, mas infelizmente diante das fontes já recolhidas, do recorte temporal já delimitado e do trabalho com o escopo quase finalizado, optei por não enveredar por uma nova documentação. Fica o espaço aberto para uma pesquisa posterior a partir de uma revitalização já em andamento, quem sabe.

Espero que o texto tenha esclarecido as dúvidas dos leitores sobre o processo de patrimonialização da Feira Central de Campina Grande e que este projeto sirva como base para outros historiadores que queiram trabalhar a Feira Central como objeto de estudo a partir de outros documentos e bibliografias sobre o assunto, mas que também abra a possibilidade

de trabalhá-la sob a perspectiva da História Oral, dando maior ênfase aos feirantes e suas experiências cotidianas. Finalizo este trabalho com a sensação de dever cumprido e com a expectativa que esta pesquisa ajude e frutifique novos trabalhos acerca do tema.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. **Dossiê de Registro da Feira Central de Campina Grande**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2017.

ARAÚJO, Silvera Vieira de. **Dispensando o feioso: a construção da higiene estética de Campina Grande (1930-1960)**. 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades., Campina Grande, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal(1988)**. Disponível em:[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 09 jun. 2023.

BRASIL. Decreto n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**. 11 dez. 1937. Disponível em:<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm)>. Acesso em 12 jun. 2023.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. 17ª ed. Tradução de Epharim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 6. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2017.

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Adm. Pública**, Rio de Janeiro, p. 1094 -1112, set./out. 2014.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: Conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253 - 270, dez. 2007 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n.23, p.80 – 108, jan./mar.2018.

HOBSBAWM, Eric j. O presente como história. In: HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. cap. 18, p. 315-331.

IPHAN. Patrimônio Cultural. 2014. **Portal IPHAN**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em 12 jun. 2023.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. Patrimônio ou matrimônio, isso é lá com Santo Antônio?: algumas reflexões em torno da relação entre memória e patrimônio. In: JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história**. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 149-164.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. Violar Memórias e gestar a História: dos patrimônios materiais aos imateriais. In: JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. **História: a arte de inventar o passado** (ensaios de teoria da história). Curitiba: Appris, 2019. p. 227-238.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MARTINS, Ana Luiza. Uma construção permanente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 281 - 308.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Memória e tempo presente: colocação do problema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 1, p. 21-36.

NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em 9 jun. 2023.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. A Primeira República e o povo nas ruas. In: **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 318-350.

QUEIROZ, Marcus Vinícius Dantas de. **Relatório de Atividades. Extensão Universitária: Qual é a sua ideia para a Feira Central de Campina Grande?** Oficina de Projeto Participativo. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2013.